



TÉCNICO EM
COOPERATIVISMO



Direito Tributário e Previdenciário

PROFESSOR: EDER FABENI

**CONTEÚDO: DEFINIÇÕES E
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS**

DATA: 07.11.2018

ITBI

Imposto de
transmissão
de bens
imóveis

- O ITBI é de **competência** dos municípios.
- Sujeito ativo é o Município onde se localiza o bem.
- Tem **função** fiscal, arrecadatória.

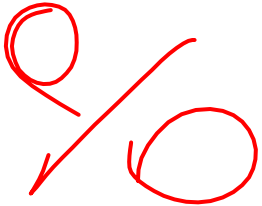
A) O **fato gerador** é a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

Assim, o ITBI municipal não incide apenas na transmissão onerosa da propriedade de imóvel, mas também na transmissão de direitos reais, como o direito de usufruto, de habitação ou mesmo os direitos do promissário comprador, por exemplo. Por outro lado, não incide sobre a transmissão de hipoteca ou anticrese (direitos reais de garantia).

- Tem-se por ocorrida a transmissão do bem ou do direito real e, portanto, por ocorrido o fato gerador, no momento do respectivo registro junto ao cartório de imóveis competente, nos termos da lei civil.

B) A **base de cálculo** é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos (CTN, art. 38), ou seja, o valor de mercado em uma venda à vista em condições normais.

C) As **alíquotas** são fixadas por lei municipal.



D) **Sujeito passivo**, o contribuinte é qualquer das partes na operação tributada, competindo à lei ordinária municipal elegê-lo (em regra é o adquirente, no caso de transmissão do imóvel).

E) **Lançamento** costuma ser por homologação ou por declaração, na forma da lei municipal.

- OBS: Existem duas imunidades específicas sobre a incidência do ITBI, sendo elas:
 - sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
 - A CF prevê também imunidade sobre as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, § 5.º).

ISS

- O ISS é de **competência** dos municípios.
- Tem **função** preponderantemente fiscal, arrecadatória.
- OBS: ISS nas mercadorias.

A) O **fato gerador** do ISS é a prestação dos serviços constantes da lista anexa a ela (LC 116/2003).

❖ Tem-se por ocorrido o **fato gerador** no momento em que o serviço é disponibilizado ao tomador.

B) A **base de cálculo** do ISS é o preço do serviço.

❖ Não se admitem abatimentos ou compensações.

❖ Os profissionais autônomos e as sociedades uniprofissionais são beneficiados por uma tributação diferenciada, podendo as legislações municipais prever valores fixos a serem recolhidos anualmente pelos contribuintes.

C) As **alíquotas** são fixadas por lei municipal, tendo como limites a alíquota máxima de 5% (art. 8, LC 116/2003) e mínima de 2% (art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

D) O **sujeito ativo** é o Município onde o serviço é prestado.

❖ Em regra, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

- ❖ A LC 116/2003 traz diversas exceções a esta regra geral.
- ❖ Por exemplo, o art. 3.º da LC 116/2003 dispõe que considera-se prestado o serviço e devido o imposto no local da obra, da estrada explorada, do local do tomador do serviço importado, do local da execução do serviço de limpeza, de vigilância, do armazenamento, da feira, da exposição, do tomador da mão de obra etc.

E) **Sujeito passivo**, o contribuinte é o prestador do serviço.

❖ No entanto, a lei complementar traz a previsão de responsáveis tributários em seu art. 6.º.

❖ Além de outros que a lei municipal poderá indicar, são responsáveis os tomadores ou intermediários de serviços importados.

F) **Lançamento** em regra é por homologação.

QUESTÕES

1. Alisson é proprietário de um sítio de recreio, local destinado ao lazer, na área de expansão urbana, na região serrana de Paraíso do Alto. A área é dotada de rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública e esgotamento mantidas pelo município, embora não existam próximos quer escola, quer hospitais públicos. Neste caso Alisson deve pagar o seguinte imposto:

- a) o IPTU, por ser área de expansão urbana, dotada de melhoramentos.
- b) o ITR, por ser sítio de recreio, não inserido em área urbana.
- c) o IPTU, por ser sítio, explorado para fins empresariais.
- d) o ITR, por não haver escola ou hospital próximos a menos de 3km do imóvel.

2. Três irmãos são donos de um imóvel, em proporções iguais. Em relação ao IPTU, cada irmão

- a) só pode ser cobrado pelo Fisco na razão de 33,33% do imposto.
- b) é devedor solidário em relação ao todo do imposto.
- c) é devedor na razão de 33,3% do imposto e responsável subsidiário pelo restante.
- d) não pode ser cobrado judicialmente pela parte de outro irmão que tenha recursos para pagá-la

3. Suponha que a Bite Serviços de Informática Ltda. preste serviços no Brasil e no exterior e, como tal, seja contribuinte do ISS. A propósito dessa situação hipotética e considerando a disciplina normativa do ISS, assinale a opção correta.

- a) A Bite Serviços de Informática Ltda. está desobrigada de recolher o ISS quanto aos serviços iniciados no exterior do país.
- b) São contribuintes do ISS a Bite Serviços de Informática Ltda. bem como seus diretores e sócios-gerentes.
- c) O ISS não incide sobre a exportação dos serviços da Bite Serviços de Informática Ltda. para países estrangeiros.
- d) Os empregados da Bite Serviços de Informática Ltda. Devem recolher o ISS.

4. Assinale a opção correta no que se refere aos impostos de competência dos municípios.

- a) Um município que institui lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) em razão do valor do imóvel e, também, alíquotas diversas de acordo com o uso do imóvel, contraria dispositivo constitucional que, tendo como parâmetro o uso do bem imóvel, veda o estabelecimento de alíquotas diversas para o IPTU.
- b) Considere-se um ato de compra e venda de bem imóvel localizado no DF, sendo o comprador domiciliado em Goiânia – GO e o vendedor, em Imperatriz – MA. Nesse caso, será devido ao DF o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel.

c) Compete à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e à lei complementar, fixar as alíquotas máximas.

d) Considere-se que certo município edite lei excluindo o ISS sobre exportações de serviços para países da América Latina. Nesse caso, a lei municipal contraria o texto constitucional, pois apenas a Constituição Federal pode dispor acerca da exclusão da incidência do ISS sobre a exportação de serviços.

5. Carlos, proprietário de uma loja de máquinas fotográficas, está decidido a deixar de vender o produto e passar a oferecer serviços de assistência técnica a equipamentos fotográficos. Nessa situação, caso Carlos, de fato, passe a oferecer somente esse novo serviço, ele deixará de pagar

- a) ICMS e passará a pagar ISS.
- b) IPI e passará a pagar ICMS.
- c) IPI e passará a pagar ISS.
- d) imposto de renda sobre o lucro real e passará a pagar o imposto sobre o lucro presumido.

6. Em relação à competência tributária dos Municípios é CORRETO afirmar:

- a) a possibilidade de se criar imposto predial e territorial urbano, o qual poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, além de variar suas alíquotas de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- b) a possibilidade de se criar o imposto sobre serviços de qualquer natureza, inclusive serviços de comunicação, desde que o Estado em que se localize o Município não tenha instituído o Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de comunicação (ICMS).

c) a impossibilidade de criar contribuições previdenciárias para o custeio do regime próprio de previdência dos servidores municipais, substituída que foi esta competência pela atribuição da competência para criar contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

d) a impossibilidade de criar imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por acessão física.